

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **1 a 21**, é constituído de **60 (sessenta)** questões objetivas, cada uma com quatro alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 60 – Conhecimentos Específicos

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.
3. **Sobre a Marcação do Cartão de Respostas**

As respostas da Prova Objetiva deverão ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte completamente o campo correspondente.

*Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.*

N.º da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/> C
<input type="radio"/> D

- 3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
- 3.3. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. A duração da prova é de **quatro** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** e a coleta de impressão digital de candidatos.
5. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
6. Será permitida a saída de candidatos da sala de prova **somente** após decorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova. Nesse caso, o candidato deverá entregar, **obrigatoriamente**, ao fiscal o Caderno de Prova e o Cartão de Respostas.
7. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes de transcorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando **desistência** do Concurso.
8. Ao candidato **somente** será permitido levar seu **Caderno de Prova** na **última meia hora** de prova.
9. Na página **21** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova.
10. Terminada a prova, o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia atentamente o texto abaixo e responda às questões de 01 a 03.

Muitas ressalvas cabem na comparação entre Brasil e Finlândia – a começar pela população: os finlandeses são 5,5 milhões com cultura homogênea e pouca disparidade de renda; já nós, 200 milhões com todo tipo de disparidade. Também eles não têm o mau hábito de mudar o curso da educação a cada troca de governo. A Finlândia adota um sistema parlamentarista com presidente da República que favorece coalizões entre quase todos os partidos. Tal estabilidade política contribuiu para a implantação de um sistema em que 99% das escolas são públicas e igualmente boas. Tamanho é o valor que se dá à sala de aula que, mesmo na universidade, ninguém desembolsa um tostão. Ao contrário, os alunos ganham até bolsas para arcar com moradia. [...] Olhar para eles pode ajudar o Brasil a deixar a própria zona glacial: a dos últimos do mundo da educação.

(Revista Veja, ed. 2431.)

QUESTÃO 01

Sobre as ideias constantes do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto apresenta vários aspectos referentes à Finlândia, como educação, cultura e sistema político, que diferem dos praticados no Brasil.
- (B) A Finlândia é um dos países cujo sistema de educação sofre alterações em função das mudanças políticas que envolvem o parlamentarismo.
- (C) Um dos aspectos não abordados na comparação entre Brasil e Finlândia refere-se à renda da população.
- (D) A qualidade do ensino universitário na Finlândia aproxima-se da do Brasil, visto que aqui também existem bolsas para alunos arcarem com moradia.

QUESTÃO 02

A respeito de elementos coesivos responsáveis pelas relações de sentido do texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O advérbio já, em *os finlandeses são 5,5 milhões com cultura homogênea e pouca disparidade de renda; já nós, 200 milhões com todo tipo de disparidade.*, indica alteração da situação apresentada no primeiro país em relação ao segundo país da comparação.
- () O pronome relativo que, em *A Finlândia adota um sistema parlamentarista com presidente da República que favorece coalizões*, estabelece ligação de sentido com a expressão *presidente da República*.
- () O pronome relativo que precedido da preposição em, em *Tal estabilidade política contribuiu para a implantação de um sistema em que 99% das escolas são públicas e igualmente boas*, retoma o sentido da expressão *estabilidade política* e pode ser substituído por onde.
- () O pronome pessoal eles, em *Também eles não têm o mau hábito* e em *Olhar para eles pode ajudar o Brasil*, apresenta a mesma função coesiva, retomar o sentido do termo *finlandeses*, anteriormente citado no texto.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, V, F, F
- (B) F, F, V, V
- (C) V, F, F, V
- (D) F, V, V, F

QUESTÃO 03

Há sinais de pontuação que contribuem para a organização lógica das ideias do texto, o que enseja leitura competente. Sobre sinais de pontuação empregados no texto, analise as afirmativas.

- I - Em *Muitas ressalvas cabem na comparação entre Brasil e Finlândia – a começar pela população*, o travessão pode ser substituído por vírgula, pois ambos indicam suspensão de um pensamento.
- II - Em *Tamanho é o valor que se dá à sala de aula que, mesmo na universidade, ninguém desembolsa um tostão.*, as vírgulas indicam que uma expressão adverbial foi usada fora de sua posição canônica.
- III - Em *os finlandeses são 5,5 milhões com cultura homogênea e pouca disparidade de renda; já nós, 200 milhões com todo tipo de disparidade.*, o ponto e vírgula separa partes de um período que já apresenta o sinal de vírgula.
- IV - Em *Olhar para eles pode ajudar o Brasil a deixar a própria zona glacial: a dos últimos do mundo da educação.*, os dois pontos introduzem uma explicação a respeito da expressão anterior.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

INSTRUÇÃO: Leia a notícia abaixo e responda às questões 04 e 05.

Cientista voluntário

O prêmio do GLOBAL TEACHER PRIZE é US\$ 1 milhão. Essa é a recompensa para o professor que “inspira alunos e a comunidade ao seu redor”. Em 2016, um brasileiro se destaca entre os 50 indicados ao “Nobel da Educação”: trata-se de Márcio de Andrade Batista, professor da Universidade Federal de Mato Grosso. O paulista se mudou em 2009 para o município de Barra do Garças, onde fica um dos campi da UFMT. Formado em Engenharia Química e especializado em Engenharia Mecânica, ele criou um programa de iniciação científica para estimular o desenvolvimento de projetos com alunos do Ensino Médio. E todo esse trabalho é voluntário. [...] Caso ganhe o grande prêmio, o professor quer investir o montante na construção de uma escolinha de soldadores em Barra do Garças – uma forma de qualificar os jovens da região.

(Revista Galileu, ed. 296.)

QUESTÃO 04

Em relação aos tempos e modos verbais utilizados na notícia, analise as afirmativas.

- I - A forma verbal *destaca*, no presente do indicativo, expressa que a ação de destacar no texto é habitual.
- II - A forma verbal *ganhe* está no modo subjuntivo, pois que indica uma ação de realização hipotética.
- III - As formas verbais *estimular* e *qualificar* exercem funções típicas dos nomes, por isso são denominadas formas nominais.
- IV - As formas verbais *criou* e *mudou* exemplificam o pretérito mais que perfeito do indicativo, indicando uma ação realizada no passado, anterior a outra também passada.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 05

Ideia implícita é aquela que fica subentendida no texto; revelada, algumas vezes, por marcas linguísticas. Assinale a ideia que, no texto, **NÃO** se apresenta implícita.

- (A) A Universidade Federal de Mato Grosso possui mais de um *campus* no estado.
- (B) Não havia, no campus de Barra do Garças, programa de iniciação científica que estimulasse o desenvolvimento de projetos com alunos do Ensino Médio.
- (C) Antes de trabalhar na UFMT, o professor Márcio de Andrade Batista não morava em Barra do Garças.
- (D) O trabalho voluntário do professor Márcio de Andrade Batista pode proporcionar-lhe um prêmio milionário.

INSTRUÇÃO: Leia o anúncio abaixo da empresa de materiais esportivos Topper, publicado no 29º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, e responda às questões de 06 a 09.

Pelé também já deu muita cabeçada na vida. Mas você só viu as que entraram no gol.

Acredite, até Pelé já deu bola fora.

E batendo pênalti.

Foi bem no início de sua carreira, ainda no juvenil.

Por causa desse gol perdido, o Santos perdeu o campeonato daquele ano e Pelé perdeu a autoconfiança.

Pensou em desistir do futebol. E desistiu mesmo.

Resolveu abandonar a concentração do time no meio da noite. Foi salvo (ele e o futebol brasileiro) por um golpe de sorte. Ou melhor, pelo roupeiro do time. O cara que era responsável por cuidar dos jogadores na concentração e que não deixou Pelé fugir de volta para Bauru.

Mal sabia ele que estava escrevendo a história com um puxão de orelha. Pelé viraria lenda e aquele roupeiro seria esquecido. Mas não o seu espírito.

Ele continua presente no trabalho que a Topper faz em todas as categorias do futebol brasileiro, organizando campeonatos, patrocinando clubes e jogadores.

Acreditando que, em cada várzea, estádio ou quadra, pode existir um novo rei, ou vários. E que eles merecem todo o apoio em qualquer situação.

Afinal, se até Vossa Majestade erra, quem somos nós para negar uma segunda chance para jogadores que, por enquanto, são simples mortais?

Novos reis vão ser descobertos e ninguém investe mais do que a Topper para isso.

QUESTÃO 06

Sobre as duas frases iniciais do anúncio, analise as afirmativas.

- I - Na primeira frase, pode-se entender o termo *cabeçada* como algo tolo, uma asneira, uma bobagem.
- II - Na palavra *cabeçada*, o sufixo **-ada**, expressa o sentido denotativo de “golpe dado com”, a exemplo de pernada, patada, joelhada.
- III - Em ambas as frases, o sentido de *cabeçada* e *as* (cabeçadas) é denotativo, ou seja, sentido próprio, literal.
- IV - O pronome *as*, na segunda frase, ao retomar a palavra *cabeçada*, o faz com o mesmo sentido denotativo empregado na primeira frase.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 07

Sobre o anúncio, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A empresa anunciante quer passar a imagem de quem faz investimentos na área esportiva, contribuindo para a descoberta de novos talentos.
- (B) Como é uma propaganda, seu intento imediato é usar a imagem de alguém muito famoso no mundo dos esportes para obter mais venda de seus produtos.
- (C) A mensagem que o anúncio propaga é que mesmo os melhores esportistas tiveram seus momentos de falha, persistiram e isso não os denigre.
- (D) Apesar de ser uma propaganda de empresa de materiais esportivos, os leitores pretendidos não se restringem somente aos amantes do esporte.

QUESTÃO 08

O uso da linguagem informal é um dos traços desse anúncio que busca aproximar-se do leitor. Assinale o trecho que apresenta marca linguística de informalidade.

- (A) *Por causa desse gol perdido, o Santos perdeu o campeonato daquele ano e Pelé perdeu a autoconfiança.*
- (B) *Ele continua presente no trabalho que a Topper faz em todas as categorias do futebol brasileiro, organizando campeonatos, patrocinando clubes e jogadores.*
- (C) *Novos reis vão ser descobertos e ninguém investe mais do que a Topper para isso.*
- (D) *O cara que era responsável por cuidar dos jogadores na concentração e que não deixou Pelé fugir de volta para Bauru.*

QUESTÃO 09

A palavra mal, em *Mal sabia ele que estava escrevendo a história com um puxão de orelha.*, liga-se ao verbo saber e, em termos de sentido, opõe-se a bem. Como advérbio, essa palavra pode modificar verbos, adjetivos e até mesmo outros advérbios. Assinale a alternativa em que o termo mal exerce essa função.

- (A) Mais uma vez, José Tarquínio trabalhou muito mal; mais ainda, quase não trabalhou.
- (B) Todos os credos pregam que o homem em todas as circunstâncias deve combater o mal.
- (C) Ficou constatado que Steve Hawking sofria desse mal desde os 18 anos de idade.
- (D) O pai já estava esperando no carro, em frente da escola, mal o garoto saiu.

QUESTÃO 10

Leia atentamente as frases abaixo.

- 1 - Os tempos difíceis refletem o agravamento da crise e a conseqüente queda na arrecadação.
- 2 - Existem hoje no Brasil essencialmente dois tipos de estado.
- 3 - Para o segundo grupo, a situação ainda não ficou tão dramática, mas o ajuste de suas finanças foi feito na base de cortes expressivos nos investimentos.
- 4 - O primeiro não tem caixa para pagar atividades fundamentais, como os serviços de saúde.
- 5 - Vai alongar o prazo de vencimento das dívidas dos estados, que terão o benefício de redução no valor das prestações mensais dos encargos com juros.
- 6 - É o caso do Rio de Janeiro, que deixou de surfar no dinheiro fácil dos tempos de petróleo valorizado e agora vive dias de aperto.
- 7 - Em um acordo selado na semana passada, o governo federal decidiu dar uma colher de chá às finanças estaduais.

Assinale a seqüência que torna as frases um texto coeso e coerente.

- (A) 2, 1, 3, 4, 6, 5, 7
- (B) 7, 5, 6, 4, 3, 2, 1
- (C) 2, 4, 6, 3, 1, 7, 5
- (D) 1, 2, 7, 5, 4, 6, 3

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

No que diz respeito à interpretação constitucional e, em conformidade com a doutrina dominante do direito constitucional, analise as assertivas.

- I - Este princípio orienta o aplicador da Constituição, ao construir resoluções para os problemas jurídico-constitucionais, a dar maior primazia aos critérios favorecedores da integração social e da unidade política, uma vez que a coesão sociopolítica é condição de possibilidade para criação de qualquer sistema jurídico.
- II - Segundo este princípio, o aplicador das normas constitucionais, ao se deparar com situações de concorrência entre bens jurídicos constitucionalmente protegidos, deve adotar a solução que otimize a realização de todos eles, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- III - De acordo com este princípio, os órgãos que atuam como intérpretes supremos da Constituição não podem chegar a resultados que subvertam, alterem ou perturbem o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido.

Essas assertivas referem-se, respectivamente, aos seguintes princípios interpretativos das normas constitucionais:

- (A) Da unidade da Constituição, da força normativa da Constituição e do efeito integrador.
- (B) Da justeza, da unidade da Constituição e da harmonização.
- (C) Do efeito integrador, da força normativa da Constituição e da harmonização.
- (D) Do efeito integrador, da harmonização e da justeza.

QUESTÃO 12

Sobre o mandado de segurança, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) É uma ação constitucional de natureza civil, que visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (B) É o remédio próprio para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) São atacáveis por mandado de segurança os atos ilegais ou praticados com abuso de poder por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (D) Pode ser impetrado por pessoa física ou jurídica detentora de direito líquido e certo.

QUESTÃO 13

Quanto às hipóteses de intervenção estadual nos municípios taxativamente previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, considere:

- I - Deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- II - Não prestar as contas devidas, na forma da lei.
- III - Não aplicar o mínimo exigido da receita municipal em obras públicas.
- IV - O Superior Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Federal, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

QUESTÃO 14

Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da gestão municipal, é correto afirmar:

- (A) A fiscalização do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) A Constituição Federal de 1988 não prevê sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- (C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (D) A fiscalização das contas municipais é exercida para verificar a legalidade e legitimidade dos atos de aplicação de recursos públicos, mas não permite o controle da economicidade.

QUESTÃO 15

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição brasileira de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) É permitido reunir-se pacificamente, sem armas, em lugar aberto ao público, independentemente de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada.
- (B) É assegurado a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade, ressalvado o sigilo daquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade privada, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- (D) É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o anonimato, quando necessário à livre manifestação do pensamento.

QUESTÃO 16

No tocante à competência constitucional dos Municípios, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Os Municípios poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de distritos limítrofes.
- () Compete aos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.
- () Aos Municípios compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- () É de competência dos Municípios a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, F, V
- (B) V, F, V, F
- (C) V, V, F, F
- (D) F, F, V, V

QUESTÃO 17

É a ação cabível para dirimir controvérsia acerca da constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal, podendo ser proposta pelos legitimados para manejar ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- (A) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) Ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) Mandado de injunção.
- (D) Reclamação constitucional.

QUESTÃO 18

Sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa, em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com a Lei n.º 8.429/1992, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A prática de atos de improbidade administrativa pode gerar cominações específicas, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, independentemente das sanções penais, civis e administrativas.
- (B) É prevista a pena de perda dos direitos políticos em todas as modalidades de atos de improbidade administrativa.
- (C) A Lei n.º 8.429/1992 ampliou o rol de sanções previstas na Constituição Federal para punição dos atos de improbidade administrativa.
- (D) A aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.492/1992 independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.

QUESTÃO 19

Leia o texto abaixo.

O poder de polícia administrativa é a competência para disciplinar o exercício da autonomia privada para a realização de direitos fundamentais e da democracia, segundo os princípios da legalidade e da proporcionalidade.

(JUSTEN FILHO, M. *Curso de Direito Administrativo*. 11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.)

Quanto ao poder de polícia referido no texto, assinale a assertiva correta.

- (A) São definidas como servidões administrativas as limitações impostas pelo Poder Público, no exercício de seu poder de polícia, ao uso da propriedade.
- (B) A Administração Pública depende de decisão judicial para execução das medidas de polícia administrativa.
- (C) A vedação de delegação do poder de polícia a particulares impede a contratação de empresa privada para instalação de equipamentos fotossensores para fiscalização do cumprimento das normas de trânsito.
- (D) São consideradas atos de polícia administrativa as medidas previstas na legislação específica, a cargo do Poder Público Municipal, para condicionar o uso da propriedade de imóvel urbano a sua função social.

QUESTÃO 20

Considerando o disposto na Lei n.º 8.666/1993, em matéria de licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas.

- I - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta menos onerosa para a Administração.
- II - É vedada a utilização da hipótese de inexigibilidade de licitação para contratação de serviços de publicidade e divulgação.
- III - Para alienação de bens imóveis adquiridos por meio de procedimentos judiciais ou dação em pagamento, a Administração Pública deverá adotar o procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- IV - Os contratos administrativos são regidos por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo admitida a aplicação subsidiária de princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 21

A respeito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade objetiva é restrita ao Estado e às pessoas jurídicas de direito público que integram a administração pública indireta.
- (B) A teoria do risco administrativo, base para a responsabilidade objetiva do Estado, não admite excludentes do dever de indenizar.
- (C) O Estado pode propor ação regressiva contra o agente público, em virtude de prejuízos que foi condenado a reparar, quando ficar constatado que o agente agiu com dolo ou culpa.
- (D) Para configuração da responsabilidade estatal, exige-se a prova da ilicitude do ato lesivo.

QUESTÃO 22

Sobre os instrumentos jurídicos de utilização de bens públicos, analise as assertivas.

- I - É o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de bem público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.
- II - É o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.
- III - É o ato negocial, discricionário e precário pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
- IV - É a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão público para outro, para que seja utilizado nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.

As definições expressas nas assertivas numeradas de I a IV correspondem, respectivamente, à

- (A) concessão de direito real de uso, autorização de uso, permissão de uso, cessão de uso.
- (B) concessão de uso, delegação, outorga, permissão.
- (C) concessão de uso, autorização de uso, permissão de uso, negociação de uso.
- (D) permissão de direito real de uso, autorização de uso, concessão de uso, cessão de uso.

QUESTÃO 23

Quanto ao rito do processo administrativo disciplinar previsto na Lei Municipal n.º 1.752/1990, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A comissão processante é composta de 3 (três) servidores estáveis designados pela autoridade competente.
- () A comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurada a publicidade de todos os fatos apurados e atos praticados em todas as fases do processo.
- () Na fase de inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório, a comissão promoverá a interrogação do acusado para depois inquirir as testemunhas.
- () O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, F, V, V
- (B) V, F, F, V
- (C) V, V, F, F
- (D) F, V, V, F

QUESTÃO 24

De acordo com a Lei n.º 8.987/1995, a inexecução, o inadimplemento ou adimplemento defeituoso do serviço por parte da concessionária, acarretará, a critério do poder concedente, a extinção da concessão por

- (A) encampação.
- (B) rescisão contratual.
- (C) caducidade.
- (D) anulação do contrato.

QUESTÃO 25

Em relação ao lançamento tributário, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A autoridade administrativa tem o dever indeclinável de proceder ao lançamento tributário, ao tomar conhecimento da ocorrência de fato gerador de obrigação tributária, o que decorre da natureza plenamente vinculada da atividade administrativa.
- () A natureza jurídica do lançamento já foi objeto de grandes divergências doutrinárias. Atualmente, é dominante o entendimento no sentido de atribuir ao lançamento efeito declaratório, uma vez que não cria direito para a Fazenda Pública, mas apenas declara a existência de relação jurídica prévia.
- () Inicia-se a fase contenciosa do procedimento administrativo de constituição do crédito tributário no momento em que o sujeito passivo apresenta impugnação administrativa visando anular ou retificar o lançamento tributário.
- () A modalidade de lançamento que atribui ao sujeito passivo da obrigação tributária o dever de antecipar o pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, é o lançamento por homologação.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, F, F
- (B) F, V, F, V
- (C) V, F, V, V
- (D) V, F, V, F

QUESTÃO 26

Segundo o disposto no Código Tributário Nacional, **NÃO** se considera causa interruptiva da prescrição tributária:

- (A) Inscrição em dívida ativa.
- (B) Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (C) Protesto judicial.
- (D) Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

QUESTÃO 27

Sobre as limitações ao poder de tributar, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da vedação de confisco é extensível às multas, em razão de sua natureza jurídica ser semelhante à dos tributos.
- (B) O princípio da anterioridade, em relação ao exercício financeiro e ao prazo mínimo de noventa dias, deve ser observado para aplicação da lei municipal que alterar a base de cálculo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).
- (C) De acordo com o princípio da imunidade recíproca, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos e taxas sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- (D) Em consonância com o princípio da irretroatividade, a lei instituidora ou majoradora de tributos, ao entrar em vigor, aplica-se imediatamente aos fatos geradores pendentes e futuros.

QUESTÃO 28

Quanto ao rito processual da ação de execução fiscal previsto na Lei n.º 6.830/1980, analise as assertivas abaixo.

- I - O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- II - Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.
- III - Recebidos os embargos opostos pelo executado, o Juiz mandará intimar a Fazenda Pública para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias, designando, em seguida, se necessária à instrução da causa, audiência de instrução e julgamento.
- IV - A reconvenção oposta pelo executado será processada e julgada com os embargos.

Estão corretas as assertivas

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 29

A respeito das isenções de impostos estabelecidas pelo Código Tributário do Município de Rondonópolis (Lei Municipal n.º 1.800/1990), que são efetivadas mediante requerimento fundamentado apresentado pelo interessado, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) É isento de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) o imóvel pertencente a aposentados e pensionistas, cuja renda seja de até um salário mínimo e que possuam apenas um imóvel.
- (B) São isentos do ISS (Imposto sobre Serviços) os serviços prestados por profissionais autônomos e entidades de rudimentar organização cujo faturamento ou remuneração, por estimativa da autoridade fiscal, não produza renda mensal superior a um salário mínimo.
- (C) Ficam isentos do ISS (Imposto sobre Serviços) os serviços prestados por associações culturais, associações comunitárias e clubes de serviço, constituídas com a finalidade essencial de desenvolvimento da comunidade, conforme previsão estatutária e atos efetivamente praticados.
- (D) A isenção do ISS (Imposto sobre Serviços) aplica-se aos serviços de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de educação e cultura do Município.

QUESTÃO 30

A respeito da sistemática de enquadramento dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, assinale a assertiva em que a descrição da atividade **NÃO** corresponde à classe de segurado prevista em lei.

- (A) Empregado: aquele que exerce mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- (B) Trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definido em regulamento.
- (C) Contribuinte individual: o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação, ou de ordem religiosa.
- (D) Facultativo: o maior de quatorze anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, desde que, exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório, opte pela forma de contribuição facultativa, acaso mais benéfica.

QUESTÃO 31

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com base nos princípios e objetivos inscritos na Constituição Federal de 1988, analise:

- I - A seguridade social deve ser organizada com o objetivo de imprimir à sua administração caráter democrático e descentralizado, inclusive mediante participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.
- II - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, representa concretização do princípio constitucional da distributividade na prestação de benefícios pelo regime geral de previdência social.
- III - A seguridade social será financiada, entre outras fontes, por recursos derivados de contribuições sociais incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
- IV - A previdência social é direito de todos e dever do Estado, garantindo-se acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços para sua promoção.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

O salário-de-contribuição é utilizado para a fixação do salário-de-benefício e, por conseguinte, para o cálculo da maioria dos benefícios previdenciários. Acerca do tema, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.
- (B) O valor das diárias para viagens, quando excedente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal do empregado, integra o salário-de-contribuição pelo seu valor total.
- (C) O limite mínimo do salário-de-contribuição corresponde, para os segurados contribuinte individual e facultativo, ao salário mínimo.
- (D) A gratificação natalina (13º salário) integra o salário-de-contribuição, vedada a incidência de contribuição previdenciária sobre referida parcela.

QUESTÃO 33

Sobre a sistemática de arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas ao financiamento do regime geral de previdência social, é correto afirmar:

- (A) O segurado contribuinte individual que prestar serviço a pessoa física ou a outro contribuinte individual está obrigado a recolher sua contribuição, por iniciativa própria, até o dia dez do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem.
- (B) Após a inscrição, o segurado facultativo tem garantido o direito de recolher contribuições em atraso, mesmo que ocorrida a perda da qualidade de segurado, desde que obedecido o limite legal de doze meses sem recolhimentos.
- (C) O operador portuário e o órgão gestor de mão de obra são solidariamente responsáveis pelo pagamento das contribuições previdenciárias e demais obrigações acessórias devidas à seguridade social, arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, relativamente à requisição de mão-de-obra de trabalhador avulso, havendo benefício de ordem em favor do órgão gestor.
- (D) É facultado aos segurados contribuinte individual e facultativo, cujos salários-de-contribuição sejam iguais ao valor de um salário mínimo, optarem pelo recolhimento trimestral das contribuições previdenciárias, com vencimento no dia quinze do mês seguinte ao de cada trimestre civil.

QUESTÃO 34

Considerada a disciplina da Lei Municipal n.º 4.614/2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rondonópolis/MT, analise:

- I - O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo público efetivo, não se enquadra como segurado obrigatório do IMPRO.
- II - O segurado pensionista deverá apresentar, semestralmente, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado.
- III - O auxílio-reclusão consiste em uma importância mensal paga ao segurado recolhido à prisão, vedada sua transformação em pensão por morte acaso este venha a falecer em cárcere.
- IV - Os membros do Conselho Curador, órgão de direção do IMPRO, terão mandatos de 03 (três) anos, permitida a recondução em 50% (cinquenta por cento) de cada representação de seus membros.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) IV, apenas.

QUESTÃO 35

Obedecidos aos limites estabelecidos pela Constituição Federal, a competência é determinada pelas normas previstas no Código de Processo Civil ou em legislação especial, pelas normas de organização judiciária e, ainda, no que couber, pelas constituições dos Estados. Sobre a matéria, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou do território é inderrogável por convenção das partes.
- (B) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- (C) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial, bem como para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- (D) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

QUESTÃO 36

Partindo do tratamento dispensado pelo novo Código de Processo Civil, Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015, ao capítulo que regula a sentença e a coisa julgada, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento expresso do réu.
- () Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- () A sentença que julgar procedentes, apenas em parte, os embargos à execução fiscal, não está sujeita à remessa necessária, produzindo seus efeitos desde a publicação.
- () Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, V, F
- (B) V, F, F, F
- (C) V, V, F, V
- (D) F, F, V, V

QUESTÃO 37

Acerca do litisconsórcio, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tratando-se de litisconsórcio facultativo, não poderá o juiz, na fase de execução, limitá-lo quanto ao número de litigantes, ainda que dificulte o cumprimento de sentença.
- (B) No litisconsórcio unitário, os atos e as omissões de um dos litisconsortes prejudicarão ou beneficiarão os demais.
- (C) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- (D) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos os litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de suspensão do processo.

QUESTÃO 38

No curso do cumprimento de sentença que tenha estabelecido a obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, esta será intimada, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de trinta dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Na hipótese, somente **NÃO** se pode arguir, como matéria de defesa:

- (A) Causa extintiva da obrigação, como o pagamento, desde que anterior ao trânsito em julgado da sentença.
- (B) Inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Ilegitimidade de parte.
- (D) Incompetência relativa do juízo da execução.

QUESTÃO 39

O artigo 994 do Código de Processo Civil de 2015, a exemplo do artigo 496 do Código de Processo Civil de 1973, elenca as modalidades recursais cabíveis, também chamadas de recursos típicos. A nova legislação, contudo, **NÃO** incluiu nesse rol o recurso de

- (A) agravo interno.
- (B) agravo retido.
- (C) embargos de divergência.
- (D) agravo em recurso especial ou extraordinário.

QUESTÃO 40

Segundo Antônio Junqueira de Azevedo (2002), o negócio jurídico pode ser definido como todo fato jurídico consistente em declaração de vontade, a que todo ordenamento jurídico atribui os efeitos designados como queridos, respeitados os pressupostos de existência, validade e eficácia impostos pela norma jurídica que sobre ele incide.

Sobre o tema, analise:

- I - Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- II - O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- III - Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- IV - O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III, apenas.

QUESTÃO 41

Quanto à capacidade e à personalidade da pessoa natural, é correto afirmar:

- (A) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis e não podem sofrer limitações voluntárias, admitindo-se, contudo, exceções previstas em lei.
- (B) Nos termos da legislação brasileira, os menores de dezesseis anos não possuem personalidade civil, que apenas se inicia com o advento da maioridade.
- (C) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não haja intenção difamatória.
- (D) É irrevogável o ato de disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

QUESTÃO 42

Consideram-se bens imóveis, para os efeitos legais:

- (A) As energias que tenham valor econômico.
- (B) As ações que asseguram os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- (C) Os bens naturalmente indivisíveis.
- (D) As ações que asseguram os direitos reais sobre imóveis.

QUESTÃO 43

Sobre a prescrição e a decadência, à luz do Código Civil brasileiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Prescreve em três anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- () Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, reputando-se nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- () A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita; contudo, os prazos fixados em lei não podem ser alterados por acordo das partes.
- () O falecimento da pessoa física é causa legal de interrupção do prazo de prescrição em curso, que recomeça a correr contra os sucessores, a partir do óbito.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, V, F
- (B) V, F, F, V
- (C) V, V, F, F
- (D) F, F, V, V

QUESTÃO 44

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. A posse prolongada no tempo, aliada à destinação útil ou social do bem, permite que o possuidor se torne proprietário do imóvel, configurando forma legal de aquisição da propriedade denominada usucapião.

A usucapião, na modalidade especial urbana, encontra-se regulamentada pelo artigo 1.240 do Código Civil brasileiro. Dentre suas características, somente **NÃO** se inclui:

- (A) Ter como objeto área urbana de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).
- (B) Posse ininterrupta e sem oposição, destinada a alguma atividade comercial lícita (*pro labore*), por no mínimo cinco anos.
- (C) Possibilidade de o título de domínio e a concessão de uso serem conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- (D) Não poder o possuidor beneficiado ser proprietário de qualquer outro imóvel urbano ou rural.

QUESTÃO 45

A competência material em direito ambiental é:

- (A) Concorrente entre os entes federativos.
- (B) Suplementar para os Estados e Municípios.
- (C) Exclusiva da União.
- (D) Comum.

QUESTÃO 46

Os princípios de direito são normas com carga valorativa para a sociedade. Para o Direito Ambiental, seu reconhecimento por parte dos Estados, exposto em compromissos firmados perante a sociedade internacional, garante proteção e conservação do meio ambiente em geral nos ordenamentos jurídicos, por meio de instrumentos específicos. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio do poluidor-pagador é exclusivamente um princípio de responsabilidade por danos ocasionados ao meio ambiente.
- (B) O princípio do desenvolvimento sustentável refere-se à adoção de critérios de qualidade ambiental na sistemática econômica de desenvolvimento, garantindo uma justiça intergeracional.
- (C) As propriedades privadas poderão sofrer desapropriação para fins de criação de unidades de conservação, com base no princípio constitucional da função social da propriedade.
- (D) O princípio da cooperação sustenta a obrigatoriedade da atividade legislativa em matéria ambiental entre União e Estados.

QUESTÃO 47

O Estatuto da Cidade, previsto na Lei n.º 10.257/2001, regulamenta as disposições constitucionais sobre Política Urbana. Essa lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O usucapião de imóvel urbano refere-se à possibilidade de adquirir o domínio de propriedade, independentemente de ser proprietário de outro imóvel rural, àquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família.
- (B) Em caso de transmissão de imóvel inter vivos ou causa mortis, de propriedade que não tenha cumprido com o aproveitamento mínimo do respectivo Plano Diretor, a notificação pelo Poder Público deverá ser realizada novamente para que tenha efeitos jurídicos.
- (C) Quanto ao direito de superfície, o proprietário urbano poderá conceder a outro o direito no seu terreno, sem limite de tempo, mediante escritura pública, sendo, porém, necessária nova manifestação do proprietário em caso de morte do superficiário.
- (D) As diretrizes previstas na lei mencionada buscam evitar o parcelamento do solo, a edificação, o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana.

QUESTÃO 48

O direito de preempção no espaço urbano é regulado pelo Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257/2001. Sobre o instituto e seu regramento nessa condição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A notificação necessária ao cumprimento da lei municipal, quando da existência do direito de preempção por parte do Município, será realizada somente na iminência da primeira alienação do imóvel.
- (B) O Município possui a preferência na alienação do imóvel em que incidirá o direito de preempção e, após ser notificado, deverá manifestar positiva ou negativamente seu interesse, devendo o proprietário aguardar uma decisão do Poder Público para o prosseguimento da alienação.
- (C) A relação de compra e venda do imóvel entre proprietário e Município, em havendo interesse por parte deste no exercício do seu direito de preempção pré-estabelecido em lei, é de teor público, não havendo necessidade de publicação específica manifestando o interesse na aquisição.
- (D) Baseada no plano diretor, a lei municipal estabelecerá áreas específicas onde incidirá o direito de preempção, com prazo de vigência, inclusive.

QUESTÃO 49

O conceito de meio ambiente para aplicação do direito ambiental, considerando o objeto de tutela desse ramo jurídico, não pode ser estanque. Porém, como em qualquer outro ramo do direito, é possível uma referência legal principal que se estende à aplicação de diversos outros dispositivos de matéria ambiental no ordenamento jurídico. Sobre o conceito de meio ambiente na legislação brasileira, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O ordenamento jurídico brasileiro não prevê expressamente a proteção ambiental como princípio da ordem econômica brasileira.
- (B) O conceito de meio ambiente previsto nos primeiros dispositivos da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei n.º 6.938/1981, é considerado a referência principal do ordenamento jurídico brasileiro.
- (C) Quando a Constituição Federal de 1988 aborda normas gerais de uso do meio ambiente artificial, revela o aspecto urbano do direito ambiental.
- (D) A dimensão ecológica do Direito Ambiental na Constituição Federal refere-se à proteção do meio ambiente natural.

QUESTÃO 50

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) consiste em órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, bem como nas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Sobre a estrutura e terminologia prevista na Lei n.º 6.938/1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a afirmativa correta.

- (A) O órgão executor do SISNAMA será exclusivamente o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- (B) Os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos, controle e fiscalização de atividades com significativa degradação ambiental são órgãos centrais do SISNAMA.
- (C) O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) se limitará à elaboração de regulamentos técnicos sobre o uso e a qualidade do meio ambiente, bem como a elencar atividades potencialmente sujeitas a estudos ambientais, não cabendo a ele determinar a realização dos respectivos estudos que está a regular.
- (D) Os Municípios poderão elaborar normas supletivas e complementares e padrões relacionados ao meio ambiente.

QUESTÃO 51

O Plano Diretor da cidade de Rondonópolis foi instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 43/2006. Sobre o conjunto de ações do Poder Público municipal que regulam os serviços públicos de esgotamento sanitário, abastecimento de água, de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como do manejo de águas pluviais urbanas, de forma a promover e melhorar a saúde e o bem-estar de toda a população local, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito de propriedade urbana pressupõe o direito de construir, devendo o proprietário fazê-lo de acordo com a legislação municipal de uso e ocupação do solo.
- (B) A forma de ressarcimento do solo criado, no que tange à outorga onerosa do direito de construir, não poderá ser em pagamento do valor em terrenos, mas à construção de moradias de interesse social.
- (C) As alterações cadastrais de uso do solo rural para fins urbanos, para regularização e inserção do perímetro oficial urbano, dependem de autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- (D) O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Rondonópolis (CMDR), para uma gestão democrática da cidade, deve ser composto por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e por entidades que serão definidas pela Câmara Municipal.

QUESTÃO 52

A relação de emprego é uma espécie da relação trabalhista, em que é empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, mediante salário. Sobre a relação de trabalho e suas espécies, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Sobre a relação de emprego, o serviço deve ser praticado *intuitu personae*.
- (B) Para caracterização da relação de emprego, não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o realizado a distância.
- (C) Qualquer pessoa física ou jurídica que contratar trabalhador e necessariamente desenvolver atividade econômica terá caracterizada a relação de emprego.
- (D) Existe subordinação jurídica do empregado frente ao empregador.

QUESTÃO 53

A Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei n.º 5.452/1943, regulamenta as relações individuais e coletivas do trabalho. Sobre a relação de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um contrato de trabalho pode ter prazo determinado a depender da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- (B) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir experiência prévia de até um ano no mesmo tipo de atividade.
- (C) Um contrato de trabalho que contenha prazo determinado só é válido se for de experiência.
- (D) A mudança na propriedade jurídica da empresa provocará a revisão dos contratos de trabalho dos respectivos empregados.

QUESTÃO 54

Sobre o não comparecimento do empregado ao trabalho sem prejuízo do seu salário, analise as possibilidades.

- I - Por até 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- II - Por até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- III - Por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- IV - Por até 3 (três) dias, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- V - Nos dias necessários para realização de provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n.º 5.452/1943), estão corretas

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 55

A proteção ambiental, conforme a Carta Magna de 1988, abrange os aspectos naturais, artificiais, culturais e trabalhistas do ambiente, referindo-se a interesses difusos e coletivos. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O meio ambiente artificial refere-se a espaços ocupados pelos seres humanos, podendo ser rurais ou urbanos.
- (B) O meio ambiente natural é objeto de tutela quando se afirma a proteção de elementos bióticos da biosfera.
- (C) O meio ambiente cultural corresponde a costumes do povo brasileiro, abrangido pelo direito ambiental por conter valor especial e convicção de obrigatoriedade.
- (D) O meio ambiente do trabalho, tutelado pelo direito ambiental, refere-se a relações trabalhistas remuneradas, em ambiente público ou privado.

QUESTÃO 56

Sobre os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos descritos na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assinale a afirmativa correta.

- (A) São difusos os direitos transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas, originados por um fato comum.
- (B) São coletivos os direitos transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas entre si.
- (C) São difusos os interesses transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato.
- (D) São individuais homogêneos os interesses de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas, originados de um fato comum.

QUESTÃO 57

A Lei de Ação Civil Pública, n.º 7.347/1985 é destinada à defesa dos interesses difusos e coletivos *lato sensu*, por danos morais e patrimoniais causados, por exemplo, ao meio ambiente, ao consumidor e à ordem urbanística. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A propositura da Ação Civil Pública prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir.
- (B) A Ação Civil Pública pode ser proposta para veicular pretensões que envolvam tributos e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- (C) A lei mencionada prevê como critério, para estabelecer o foro de proposição da Ação Civil Pública, o domicílio dos titulares do direito difuso ou coletivo, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- (D) Não se admite ajuizamento de Ação Cautelar para os fins da lei de Ação Civil Pública.

QUESTÃO 58

O Decreto-lei n.º 25/1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Sobre essas disposições legais, assinale a afirmativa correta.

- (A) O tombamento de coisa pertencente à pessoa física ou jurídica de direito privado não pode ser realizado compulsoriamente.
- (B) Na vizinhança onde estiver localizada a coisa tombada, não é possível fazer construção sem prévia autorização do órgão competente, inclusive fixar cartazes, podendo ser determinada a destruição da obra.
- (C) A coisa tombada pode ser deslocada do país, mesmo que a longo prazo, não havendo obrigatoriedade na transferência de domínio.
- (D) Os bens existentes no país que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional são aqueles considerados depois de inscritos no livro de tomo, não havendo proteção nesses termos sem o devido registro de tombamento definitivo.

QUESTÃO 59

O surgimento de direitos difusos e coletivos se deu, em perspectiva histórica, pela aceleração e constância no sistema de exploração da natureza, de utilização dos recursos naturais para produção e comercialização de bens de consumo em geral. Sobre o reconhecimento desses interesses, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Interesses difusos e coletivos são considerados pela doutrina majoritária como direitos de terceira geração.
- (B) Os interesses públicos secundários do Estado justificam o surgimento de interesses difusos da coletividade a serem tutelados.
- (C) A almejada solução dos problemas sociais é trabalhada no direito sob os aspectos público e privado, inserido-se os interesses difusos como uma forma de manifestação do primeiro.
- (D) A Constituição Federal de 1988 reconhece e autoriza a tutela de direitos coletivos.

QUESTÃO 60

Importante instrumento para efetivação de direitos fundamentais, a Lei n.º 10.098/2000 estabelece normas para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. No Município, seu cumprimento reflete qualidade de vida e bem-estar no meio ambiente artificial. Quanto às definições e obrigatoriedade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou até sensorial, a curto ou longo prazo, de participar efetivamente da sociedade em igualdade de condições.
- (B) Passeio público é parte da via pública e elemento obrigatório de urbanização, destinado somente à circulação de pedestres, podendo ter implantado no local vegetação, sendo proibida a implantação de mobiliário urbano.
- (C) Considera-se barreira de acessibilidade qualquer comportamento que dificulte a expressão de mensagens por meio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- (D) As disposições de acessibilidade na lei mencionada não se aplicam aos imóveis declarados bens de interesse histórico ou artístico, cabendo para estes a observação das suas normas reguladoras específicas.



Concurso Público
2016

EDITAL N.º 01/2016-PMR

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Questão	Alternativa
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.